POLÍTICA EXTERNA

RELAÇÕES EXTERIORES

A política externa do Brasil, fiel à tradição de intransigente defesa dos interesses nacionais e em íntima consonância com o seu passado, procurará adaptar-se às transformações da vida internacional. Essa permanente flexibilidade nos habilita a identificar, nas novas situações mundiais, aquelas posições que mais se afinam com as conveniências do Brasil. Não por acaso, mas por força da vocação pacífica e dos ideais de harmonia e fraternidade da Nação brasileira, as linhas da ação diplomática de nosso país têm coincidido, através dos tempos, com as posições que mais servem aos interesses globais da humanidade. A ausência de rigidez e a clara percepção de futuro que a caracterizam têm-nos permitido participar ativamente da busca de soluções para os novos problemas que surgem no seio da comunidade internacional e concorrer, assim, com apreciáveis subsídios, para a causa da paz e do progresso do gênero humano.

Numa época em que se objetiva substituir a intensa confrontação ideológica e militar entre as grandes potências por uma política de negociações, o Brasil procurará contribuir para a organização da paz e da convivência harmônica entre os povos. Está ele consciente de que é seu dever indeclinável envidar todos os esforços no sentido de preservar, para os países que ainda não lograram a plenitude do desenvolvimento, maior e sempre crescente participação no uso e benefícios dos progressos da ciência e da técnica, que estão abrindo novas e amplas perspectivas em favor da humanidade.

A harmonia internacional não se pode fundar na manutenção da atual desigualdade entre os povos, nem na consagração de esferas de influência ou de supremacia política ou técnica das grandes potências sobre as demais nações da comunidade mundial. Por desejar preservar os direitos de todos os países à utilização pacífica dos progressos da ciência e da técnica e por entender que é imprescindível à causa da paz um equilíbrio aceitável dos direitos e obrigações

entre os Estados que dispõem de armas nucleares e os que não as possuem, o Brasil, inequivocamente favorável ao desarmamento nuclear, manterá, porém, inalterada a sua posição contrária à assinatura do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, na redação atual. Exige, outrossim, que o fundo do mar e o espaço cósmico sejam utilizados como patrimônio de toda a humanidade.

Adota o Brasil uma política aberta para com todos os povos, de acordo com a tradição universalista que marca sua história. Nosso país sempre desejou, e deseja, o entendimento franco, a cooperação leal, a amizade duradoura com todas as nações que respeitem nossa maneira de ser, nossas instituições, nosso direito à independência e ao progresso.

É natural que as relações com os países do continente americano mereçam um lugar de relevo em nossos projetos de vida internacional, por imposição da geografia e da história e, sobretudo, pela continuada reafirmação de uma vontade política. Essa vontade revela-se não apenas no sistema interamericano e nos mecanismos de integração econômica, mas também no esforço para elaborar programas de ação comum para o progresso coletivo, como o Consenso Latino-Americano de Viña del Mar. O Brasil desempenha papel de imensa responsabilidade na construção de íntimo e efetivo entendimento latino-americano, que é condição essencial da solidariedade hemisférica; e dá a mais firme contribuição para aproximar física e espiritualmente os países da América Latina e de todo o hemisfério, dentro de unidade de interesses e aspirações.

Ao atuar solidariamente com a América Latina, mantém-se o Brasil fiel aos seus compromissos com todos os países em vias de desenvolvimento, de cujas reivindicações foi, desde o início, um dos porta-vozes mais ativos.

A coerência de nossa política externa, nossa inclinação moderadora e pacifista, nosso inconfundível respeito aos compromissos assumidos — tudo isto explica o acatamento com que nos ouvem e o prestígio de que desfrutamos no concerto das nações.